Sumário

DOUTRINA

ARTIGOS

Concessões de iluminação pública e serviços de cidades inteligentes. Reflexões sobre receitas acessórias, contratação direta e destinação da Contribuição de Iluminação Pública

Ana Paula Peresi de Souza 9

Introdução 9
1 Serviços de cidades inteligentes como atividades geradoras de receitas acessórias ... 11
1.1 A concepção de receitas acessórias 11
1.2 O tratamento contratual dado às receitas acessórias 13
1.2.1 Extensão, profundidade e uniformidade das cláusulas contratuais 13
1.2.2 Prévia autorização para o exercício da atividade geradora de receita acessória 14
1.2.3 Compartilhamento: percentual, base de cálculo e destinação 18
1.2.4 Cláusulas sobre serviços de cidades inteligentes 23
1.3 O Poder Concedente como cliente das atividades geradoras de receitas acessórias ... 24
2 Serviços de cidades inteligentes como parte do objeto concedido 26
3 A destinação da Contribuição de Iluminação Pública 27
3.1 Os serviços englobados no conceito constitucional de "serviço de iluminação pública" 27
3.2 A desvinculação da Contribuição de Iluminação Pública 33
4 Possíveis mudanças na Constituição Federal para ampliar o uso da Contribuição de Iluminação Pública 37
Conclusão 41
Referências 42

Como fortalecer as agências reguladoras? Alguns passos fundamentais para a agenda regulatória no Brasil

Caio Mário da Silva Pereira Neto, Mateus Piva Adami, Marina Cardoso de Freitas, Carolina Milani Marchiori Mesquita 45

Introdução 46
1 Fortalecimento do corpo diretivo das agências reguladoras 48
2 Ações voltadas ao aprimoramento do processo decisório das agências reguladoras e do arcabouço regulatório 52
3 Melhor definição da extensão e limites do controle externo sobre a atuação das agências reguladoras 58
4 Maior qualidade no planejamento, na elaboração das políticas públicas e no diálogo entre Executivo, Legislativo e agências reguladoras 63
5 Zelo pela autonomia orçamentária das agências reguladoras 66
Conclusão 68
Referências 69

Os desafios dos acordos de leniência na Era da Complexidade administrativa

Egon Bockmann Moreira, Juliana Bonacorsi de Palma 75

1 Introdução 75

2 O desafio deste artigo: a tradicional cultura administrativista e os acordos de leniência 77
3 A compreensão antiga: acordos proibidos na *Era da Simplicidade administrativa* 80
3.1 O início e a explicação dessa *Era da Simplicidade* 80
3.2 Os oito dogmas da Era da Simplicidade 83
3.3 A *Era da Simplicidade*, seus atos e contratos supostamente simples e completos 85
4 A compreensão atual: acordos necessários na *Era da Complexidade administrativa* 88
4.1 A *Era da Complexidade* e suas manifestações: a nova Lei de Licitações e as "decisões coordenadas" 90
5 A compreensão futura: acordos incompletos na *Era da Dinamicidade administrativa* (o exemplo dos acordos de leniência) 93
5.1 Incompletudes e incentivos no momento da negociação da leniência 94
5.2 Incompletudes e incentivos no momento de execução da leniência 96
5.3 As crises complexas na execução da leniência e a necessidade de soluções dinâmicas 101
6 Considerações finais 107
Referências 108

A coordenação administrativa: essa desconhecida
Floriano de Azevedo Marques Neto, Rafael Véras de Freitas, Guilherme Afonso Dourado 111

Introdução 111
1 A "bagunça" de competências administrativas e a sua disfuncionalidade 113
2 Do *benchmarking* normativo (internacional e nacional) das decisões coordenadas 118
3 A decisão coordenada no direito brasileiro: características e vicissitudes 126
3.1 O processo legislativo de que decorreu a Lei Federal nº 14.210/2021: as aspirações subjacentes a essa iniciativa 126
3.2 A Lei Federal nº 14.210/2021 como um sistema de incentivos contrários às decisões coordenadas 128
3.3 A ineficácia da decisão administrativa coordenada: testagem empírica 134
Conclusões 137
Referências 138
ANEXO – Tabela-Síntese das consultas feitas à Administração Pública federal quanto à aplicação da Lei nº 14.210/2021 141

Operações societárias na Lei nº 14.133/21: regime geral, formas de reorganização empresarial atípicas e o exemplo do *drop down*
Guilherme F. Dias Reisdorfer 147

1 Introdução 147
2 Um tema em evolução: a Lei nº 8.666/93 e o Tribunal de Contas da União 148
2.1 A questão nas licitações: condições para o aproveitamento do acervo técnico 148
2.2 A questão nos contratos administrativos: preservação das condições necessárias para cumprimento do contrato 149
3 A Lei nº 14.133/21 151
4 Os requisitos exigíveis do contratado após a operação: apenas aqueles indispensáveis para conclusão do contrato 152
5 A ausência de discricionariedade administrativa 154
6 A admissibilidade de operações societárias não referidas em lei 155
6.1 O ângulo societário da questão 156
6.2 O ângulo da legislação de licitações e contratos 157
6.3 A leitura unitária e coerente do ordenamento e a Lei nº 14.133/21 158
7 O exemplo do *drop down* 159
7.1 A caracterização do *drop down* 160
7.2 O *drop down* e as licitações e contratos administrativos 161
8 Conclusão 162
Referências 163

Arbitragem e infraestrutura: boas escolhas podem fazer a diferença
Gustavo da Rocha Schmidt 165

1 Introdução 165
2 A cláusula compromissória do setor regulado de telefonia fixa 169
3 A cláusula compromissória do setor regulado de óleo e gás 176
4 Conclusões 180
Referências 181

O quão benéficas são as Clearing Houses para o desenvolvimento de concessões e parcerias no setor de transportes?
Isadora Cohen, Matheus Cadedo 183

1 Introdução 183
2 Benefícios 184
3 O exemplo paulista e desafios para o futuro 191
4 Viabilidade jurídica 196
5 Conclusões 200

Cartel ou restrições verticais?
João Bosco Leopoldino da Fonseca 203

1 Introdução 203
2 Ausência de provas 204
3 Análise jurídica e econômica da questão 205
4 Análise do mercado relevante 206
5 Restrições intra-marca e entre-marcas 208
6 O posicionamento da União Europeia 209
7 A regra da razão 213
8 O ensinamento da doutrina 215
9 O ensinamento de Richard Posner 215
10 O ensinamento de Frank H. Easterbrook 216
11 O ensinamento de Richard Whish 217
12 O ensinamento de Louis Vogel 218
13 O ensinamento de Robert Bork 220
14 O ensinamento de William Kovacic 220
15 A evolução da jurisprudência norte-americana 221
16 Discrição técnica – União Europeia – O caso “Rica Foods” 222
17 Conclusão 224
Referências 228

Liberdade monetária no Brasil e os contornos de direito financeiro: do constitucional ao infraconstitucional
Otacílio dos Santos Silveira Neto 231

1 Introdução 231
2 Liberdade monetária: definição e propósitos 232
3 Finanças públicas e moeda no Brasil 237
4 Liberdade monetária x direito financeiro 240
5 Conclusão 243
Referências 244

A decretação da nulidade de contratos de concessão e seus desafios pragmáticos
Rafael Véras de Freitas 247

Introdução 247

1 A impossibilidade de decretação de nulidade de contratos de concessão em razão da inobservância de índices oficiais de preços em suas obrigações de investimento ...249
2 Da impossibilidade de decretação de nulidade a contratos de concessão desconsiderando aspectos consequencialistas ... 255
3 Do manifesto descabimento da decretação de nulidade de contratos de concessão em sede administrativa ... 264
Conclusões ... 267
Referências ... 268

Instruções para os autores... 271